

COVID-19

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 15.05.2020

CNJ	
Legislação	Ementa
<u>Resolução do CNJ nº 318, de 7 de maio de 2020</u>	Prorroga, no âmbito do Poder Judiciário, em parte, o regime instituído pelas Resoluções nº 313, de 19 de março de 2020, e nº 314, de 20 de abril de 2020, e dá outras providências.
<u>Portaria Conjunta nº 2, de 28 de abril de 2020 Conselho Nacional de Justiça (CNJ)</u>	Estabelece procedimentos excepcionais para sepultamento de corpos durante a situação de pandemia do Coronavírus, com a utilização da Declaração de Óbito emitida pelas unidades notificadores de óbito, na hipótese de ausência de familiares, de pessoa não identificada, de ausência de pessoas conhecidas do obituado e em razão de exigência de saúde pública, e dá outras providências.
<u>Provimento CNJ nº 98, de 27 de abril de 2020</u>	Dispõe sobre o pagamento dos emolumentos, acréscimos legais, dívidas e demais despesas através dos meios eletrônicos, dentre os quais boleto bancário, cartão de débito e crédito, inclusive mediante parcelamento, a critério do usuário, como medida preventiva de saúde pública nas serventias extrajudiciais, visando a redução dos riscos de contaminação com o novo coronavírus, causador da COVID-19 e dá outras providências.
<u>Provimento CNJ nº 97, de 27 de abril de 2020</u>	Regula os procedimentos de intimação nos tabelionatos de protesto de títulos visando a redução dos riscos de contaminação com o novo coronavírus, causador da COVID-19 como medida preventiva de saúde pública nas referidas serventias extrajudiciais.
<u>Ato Normativo nº. 12 de 22 de abril de 2020</u>	Modifica as regras do Plantão Extraordinário eletrônico previsto na Resolução nº 313/2020 do CNJ e no Ato Normativo nº 08/2020 em razão da edição da Resolução nº 314/2020 do CNJ e disciplina sobre a administração de prédios e instalações do Poder Judiciário, bem como a suspensão de prazos para o período compreendido entre os dias 01 e 15/05/2020 e dá outras providências.
<u>Resolução CNJ nº 314, de 20 de abril de 2020</u>	Prorroga, no âmbito do Poder Judiciário, em parte, o regime instituído pela Resolução nº 313, de 19 de

COVID-19

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 15.05.2020

	março de 2020, modifica as regras de suspensão de prazos processuais e dá outras providências.
<u>Portaria CNJ nº 61, de 31 de março de 2020</u>	Institui a plataforma emergencial de videoconferência para realização de audiências e sessões de julgamento nos órgãos do Poder Judiciário, no período de isolamento social, decorrente da pandemia Covid-19.
<u>Resolução nº 313, de 19 de março de 2020. Conselho Nacional de Justiça (CNJ)</u>	Estabelece, no âmbito do Poder Judiciário, regime de Plantão Extraordinário, para uniformizar o funcionamento dos serviços judiciários, com o objetivo de prevenir o contágio pelo novo Coronavírus – Covid-19, e garantir o acesso à justiça neste período emergencial.

TJERJ	
Legislação	Ementa
<u>Ato Normativo nº 14, de 14 de mai de 2020</u>	Ato prorroga o teletrabalho e suspende prazos dos processos eletrônicos e físicos até 31 de maio.
<u>Recomendação nº 01, de 30 de abril de 2020</u>	Recomenda aos magistrados e juízes leigos em exercício junto aos Juizados Especiais Cíveis relativamente à realização de audiências não presenciais enquanto durarem as medidas preventivas à propagação de infecção pelo novo coronavírus - Covid-19.
<u>Provimento CGJ nº 36, de 29 de abril de 2020</u>	Disciplina o funcionamento dos juízes de primeira instância, das centrais de cumprimento de mandado e núcleos de auxílio recíproco, e das equipes técnicas interdisciplinares, bem como, do serviço interno na Corregedoria Geral da Justiça, durante a vigência do Plantão Extraordinário.
<u>Provimento CGJ nº 35, de 28 de abril de 2020</u>	Prorroga, no âmbito das Serventias Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro, as providências determinadas nos Provimentos CGJ nºs 19/2020, 20/2020, 22/2020 e 31/2020, em decorrência da Resolução nº 314, do Conselho Nacional de Justiça.
<u>Ato Normativo nº 09 de 31 de março de 2020</u>	Altera dispositivos do Ato Normativo nº 8/2020 e dá outras providências.
<u>Ato Normativo nº 08 de 28 de março de</u>	Institui o Plantão Extraordinário eletrônico previsto na Resolução nº 313/2020 do CNJ e disciplina sobre a

COVID-19

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 15.05.2020

<u>2020</u>	administração de prédios e instalações do Poder Judiciário, bem como a suspensão de prazos para o período compreendido entre os dias 01 e 30/04/2020 e dá outras providências.
<u>Ato Normativo Conjunto nº 06/2020</u>	Regulamenta a forma e o funcionamento do Regime Diferenciado de Atendimento de Urgência (RDAU) nos 1º e 2º graus de jurisdição do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro entre os dias 17 e 31 de março deste ano, período de vigência do estado de emergência instituído pelo Ato Normativo Conjunto 05/2020, já publicado.
<u>Provimento CGJ nº 20/ 2020</u>	Autoriza a redução do horário de funcionamento dos serviços extrajudiciais, para o período compreendido entre os dias 17 e 31/03/2020, conforme provimento CGJ nº 19/2020.
<u>Ato Normativo Conjunto nº 05/ 2020</u>	Resolve suspender os prazos processuais dos processos físicos e eletrônicos, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, no período de 17 a 31 de março de 2020.
<u>Aviso TJ nº 27/2020</u>	Avisa aos Senhores Magistrados, Ministério Público, Defensoria Pública, Advogados, Servidores e demais interessados, acerca da suspensão das atividades da Justiça Itinerante do Estado do Rio de Janeiro. "Os prazos judiciais em todos os Postos da Justiça Itinerante, também ficarão suspensos por 60 (sessenta) dias, a partir de 16 de março (segunda-feira) até o dia 14 de maio de 2020 (quinta-feira)".
<u>Aviso nº 38/2020</u>	Avisa aos Senhores Magistrados, Chefes de Serventias, Defensoria Pública, Advogados e Serventuários da Justiça que atuam nas serventias judiciais acerca do procedimento a ser adotado para a expedição de mandados de pagamento.
<u>Aviso nº 33/2020</u>	Avisa aos servidores que, considerando a dispensa das atividades presenciais, os prazos para adesão ao PIA estão interrompidos a contar de 17/03/2020.
<u>Provimento CGJ nº 23, de 20 de março de 2020</u>	Estabelece o procedimento para o cumprimento dos Alvarás de Soltura expedidos durante o período de funcionamento do Regime Diferenciado de Atendimento de Urgência (RDAU).
<u>Provimento CGJ nº 22, de 20 de março de 2020</u>	Autoriza temporariamente a suspensão das atividades dos Serviços Extrajudiciais e o atendimento virtual ao público; prorroga os prazos de validade dos protocolos, de qualificação, de prática dos atos notariais e de registro, bem como a eficácia do certificado de habilitação de casamento que

COVID-19

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 15.05.2020

	expirar no período da vigência do Provimento CGJ nº 19/2020.
<u>Provimento CGJ nº 21, de 20 de março de 2020</u>	Dispõe sobre o rodízio de servidores de primeiro grau em sistema de sobreaviso, durante a vigência do Regime Diferenciado de Atendimento de Urgência (RDAU), e dá outras providências.
<u>Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 7, de 16 de março de 2020</u>	Disciplina o disposto no art. 9º do Ato Normativo Conjunto nº 04/2020 e dá outras providências.
<u>Ato Normativo Conjunto nº 04/ 2020</u>	Estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID19). "Ficam suspensos por 14 (quatorze) dias os prazos dos processos físicos judiciais e administrativos em todo o Estado do Rio de Janeiro, ficando dispensado que advogados e partes compareçam aos fóruns".

Leis, Decretos, Medidas Provisórias, Projetos de Lei e Atos Administrativos

Legislação	Ementa
<u>Decreto Rio nº 47.424, de 11 de maio de 2020</u>	Dispõe sobre vedações transitórias, em ressalva ao disposto no Decreto Rio nº 47.282, de 21 de março de 2020, altera o Decreto Rio nº 47.328, de 27 de março de 2020, e dá outras providências.
<u>Decreto nº 47.068, de 11 de maio de 2020</u>	Dispõe sobre as medidas de enfrentamento da propagação do Novo Coronavírus (COVID 19), em decorrência da situação de emergência em saúde, e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 8.817, de 11 de maio de 2020</u>	Dispõe sobre o protocolo de proteção e segurança a ser adotado pelas operadoras de transportes por aplicativo, no âmbito do plano de contingência do Novo Coronavírus da Secretaria de Estado de Saúde.
<u>Lei Estadual nº 8.813, de 11 de maio de 2020</u>	Autoriza o Poder Executivo a instituir o "Sistema de Logística Solidária", e dá outras providências, enquanto perdurar o reconhecimento de emergência na Saúde Pública, decretado pelo governador, em razão da pandemia do Coronavírus - COVID-19.

COVID-19

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 15.05.2020

<u>Lei Estadual nº 8.812, de 11 de maio de 2020</u>	Autoriza o Poder Executivo a negociar a manutenção do emprego com contrato de carteira assinada enquanto perdurar os efeitos do Decreto nº 46.973, de 16 de março de 2020 que reconhece a situação de emergência na Saúde Pública do Estado do Rio de Janeiro em razão do contágio e a adota medidas de enfrentamento da propagação decorrente do novo Coronavírus (COVID-19); dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 8.811, de 11 de maio de 2020</u>	Fica o Poder Executivo autorizado a dispor sobre a vedação da suspensão e/ou o cancelamento dos planos de saúde por falta de pagamento, durante a vigência do Plano de contingência do Novo Coronavírus (COVID-19), e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 8.808, de 8 de maio de 2020</u>	Dispõe sobre a proibição temporária de execução de obras e reparos não emergenciais em condomínios comuns e edifícios durante o plano de contingência para combate da doença COVID-19 causada pelo Novo Coronavírus.
<u>Decreto nº 47.063, de 6 de maio de 2020</u>	Altera dispositivos do Decreto nº 46.982, de 20 de março de 2020, que dispõe sobre a prorrogação do prazo para pagamento de créditos parcela dos inscritos em dívida ativa em razão da pandemia decorrente do COVID-19 (Coronavírus).
<u>Portaria DETRO/PRES nº 1524, de 6 de maio de 2020</u>	Dispõe sobre a suspensão temporária da exigibilidade do pagamento da taxa de vistoria e fiscalização para as empresas registradas no DETRO/RJ, em razão da pandemia decorrente do COVID-19, e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 8.804, de 6 de maio de 2020</u>	Concede isenção do imposto sobre a transmissão causa mortis e doação financeira e de quaisquer bens ou direitos (ITCMD), na forma que especifica.
<u>Decreto 47.060, de 5 de maio de 2020</u>	Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção facial, no âmbito do Serviço de Transporte Público de passageiros de responsabilidade do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.
<u>Lei Federal nº 13.995, de 5 de maio de 2020</u>	Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União às santas casas e hospitais filantrópicos, sem fins lucrativos, que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), no exercício de 2020, com o objetivo de permitir-lhes atuar de forma coordenada no combate à pandemia da Covid-19.

COVID-19

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 15.05.2020

<u>Lei Estadual nº 8.803, de 4 de maio de 2020</u>	Altera a Lei Estadual 6.041/11, que criou o Fundo Especial da Alerj. A proposta permite que sejam feitas transferências de recursos para custear projetos de Centros de Pesquisas Tecnológicas vinculados a universidades estaduais e federais, além de programas na área de Saúde, Educação, Segurança Pública e Cultura. A medida permitirá que a Casa financie a produção de respiradores desenvolvidos pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) para o uso no tratamento de pacientes com Coronavírus.
<u>Lei Estadual nº 8.802, de 4 de maio de 2020</u>	Autoriza o Poder Executivo a reduzir a carga horária ou adotar regime de trabalho remoto para servidores públicos estaduais e trabalhadores terceirizados, na forma que menciona.
<u>Lei Estadual nº 8.801, de 30 de abril de 2020</u>	Fica determinado no âmbito do Estado do Rio de Janeiro que as concessionárias de transportes públicos, realizem diariamente desinfecção e limpeza de seus veículos para contenção do Coronavírus (COVID 19) e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 8.800, de 30 de abril de 2020</u>	Obriga as empresas concessionárias de Transporte Público a disponibilizar álcool gel nas estações e composições para contenção do Coronavírus (COVI-19) e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 8.799, de 30 de abril de 2020</u>	Dispõe sobre a prestação do serviço de entrega em domicílio durante o período de calamidade pública no Estado do Rio de Janeiro em decorrência do novo Coronavírus (COVID-19).
<u>Lei Estadual nº 8.798, de 30 de abril de 2020</u>	Autoriza a isenção da tarifa no transporte intermunicipal coletivo de passageiro por ônibus, e ferroviário, metroviário e aquaviário para os servidores da área de saúde no Estado do Rio de Janeiro, na forma que menciona.
<u>Lei Estadual nº 8.797, de 30 de abril de 2020</u>	Autoriza o Poder Executivo a criar "Plano de Risco e Resposta Rápida" para atuar no monitoramento do Coronavírus dos profissionais de saúde que atuam nas unidades de saúde do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Niterói aprova 'lockdown' e vai multar em R\$ 180 quem sair à rua sem vínculo com serviço essencial</u>	Medidas valem inicialmente entre 11 e 15 de maio. Cidade, a 1ª a adotar o 'lockdown' no Sudeste, vai medir temperatura de quem entrarem no município.

COVID-19

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 15.05.2020

<u>Decreto nº 47.052, de 29 de abril de 2020</u>	Em decreto publicado no Diário Oficial do Estado, o governador Wilson Witzel prorrogou, até o próximo dia 11 de maio, as medidas de prevenção e enfrentamento à propagação do novo coronavírus no Estado do Rio de Janeiro.
<u>Decreto Rio nº 47394, de 29 de abril de 2020</u>	Altera o Decreto Rio nº 47.282, de 21 de março de 2020, que determina a adoção de medidas adicionais, pelo Município, para enfrentamento da pandemia do novo Coronavírus-COVID-19, e dá outras providências
<u>Resolução nº 677, de 29 de abril de 2020</u>	Estabelece medidas de médio prazo para gestão das atividades do Tribunal.
<u>Prefeitura suspende feiras livres por 10 dias</u>	Em decreto publicado na noite desta quarta-feira (22), a Prefeitura do Rio de Janeiro determinou a suspensão durante 10 dias das feiras livres, como forma de evitar aglomeração e, assim, conter a propagação do novo coronavírus.
<u>Decreto nº 1.999, de 20 de abril de 2020</u>	Dispõe sobre a prorrogação das medidas de enfrentamento à situação de emergência no Município de Saquarema-RJ, em decorrência da pandemia do coronavírus (covid-19), com relação à restrição de acesso de turistas, veranistas e visitantes.
<u>Decreto nº 47.375, de 18 de abril de 2020</u>	Fica considerado obrigatório o uso de máscara facial não profissional durante o deslocamento de pessoas pelos bens públicos do Município e para atendimento em estabelecimentos com funcionamento autorizado.
<u>Decreto nº 47.039, de 17 de abril de 2020</u>	Determina a realização de ações pelo Órgão Central de Controle Interno do Poder Executivo Estadual de avaliação sistemática das despesas e atos decorrentes das medidas de enfrentamento do COVID-19, e dá outras providências.
<u>Decreto nº 47.038, de 17 de abril de 2020</u>	Reconhece o falecimento, em virtude da COVID-19 contraída por Servidor Público Cível ou Militar Estadual, no exercício de suas atribuições, com o acidente em serviço para fins de pagamento de pensão por morte.
<u>Lei Estadual nº 8.796, de 17 de abril de 2020</u>	Altera as leis nº 4.534, de 04 de abril de 2005 e nº 7.495, de 05 de dezembro de 2016, que dispõe sobre o fundo de recuperação econômica de municípios fluminenses e sobre o impedimento de concessão de novos incentivos fiscais ou benefício de natureza tributária de quais decorram renúncias de receitas,

COVID-19

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 15.05.2020

	novos financiamentos, fomentos econômicos ou investimentos estruturantes a empresas sediadas ou que venham a se instalar no Estado do Rio de Janeiro durante o prazo de fruição do regime de recuperação fiscal que trata a Lei Complementar Federal nº159/2017 e dá outras providências.
<u>Instrução Normativa RFB nº 1938, de 15 de abril de 2020.</u>	Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015, que dispõe sobre o Cadastro de Pessoas Físicas(CPF), em decorrência da pandemia da doença pelocoronavírus 2019 (Covid-19).
<u>Portaria nº 395, de 15 de abril de 2020</u>	Prorroga o prazo previsto no § 1º do art. 1º da Portaria nº 343, de 17 de março de 2020.
<u>Lei Federal nº 13. 989, de 15 de abril de 2020</u>	Dispõe sobre o uso da telemedicina durante a crise causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2)
<u>Medida Provisória nº 948, de 8 de abril de 2020</u>	Dispõe sobre o cancelamento de serviços, de reservas e de eventos dos setores de turismo e cultura em razão do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19).
<u>Decreto nº 47.025, de 07 de abril de 2020</u>	Dispõe sobre a liberação de atividade comercial em municípios sem notificação de cometimento do Covid-19, e dá outras providências.
<u>Decreto nº 47.022, de 06 de abril de 2020</u>	Dispõe sobre alteração do Decreto nº 47.006, de 27 de março de 2020, e dá outras providências.
<u>Decreto nº 47.019 de 03 de abril de 2020</u>	Dispõe sobre alteração do Decreto nº 47.006, de 27 de março de 2020, e dá outras providências.
<u>Medida Provisória nº 942/2020</u>	Governo federal destina quase R\$ 340 milhões para o MEC no combate ao Coronavírus.
<u>Lei Federal nº 13.982, de 2 de abril de 2020</u>	Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº13.979, de 6 de fevereiro de 2020.
<u>Medida Provisória Nº 934, de 1º de abril de</u>	Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de

COVID-19

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 15.05.2020

<u>2020</u>	emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.
<u>Resolução nº 279/2020</u>	Estabelece que a votação da "Ordem do Dia" enquanto perdurar os efeitos do Decreto nº 46.973, de 16 de março 2020 que "Reconhece a situação de emergência na Saúde Pública do Estado do Rio de Janeiro em razão do contágio e adota medidas de enfrentamento da propagação decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19); e dá outras providências" poderá ser realizada de forma remota.
<u>Decreto nº 47.012, de 31 de março de 2020</u>	Altera redação do art. 1º do Decreto 46.983 de 20 de março de 2020 para incluir o inciso VIII que determina a paralisação integral da circulação de trens na operação da extensão Guapimirim e fechamento de todas as estações no trecho entre as estações de Saracuruna e Guapimirim.
<u>Decreto nº 47.010, de 31 de março de 2020</u>	Altera o inciso VIII do art. 4º do Decreto nº 47.006 de 27 de março de 2020, e dá outras providências.
<u>Decreto nº 47.009, de 31 de março de 2020</u>	Dispõe sobre o Gabinete de Gerenciamento de informações para subsidiar os atos decisórios do Governo do Estado.
<u>Decreto nº 47.008, de 30 de março de 2020</u>	Dispõe sobre a autorização ambiental de funcionamento para instalações hospitalares e outras obras emergenciais para enfrentamento do coronavírus (COVID-19)
<u>Decreto nº 47.006 de 27 de março de 2020</u>	Dispõe sobre as medidas de enfrentamento da propagação decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19), em decorrência da situação de emergência em saúde, e dá outras providências.
<u>Decreto nº 47.005, de 27 de março de 2020</u>	Dispõe sobre medidas de redução de despesas com contratos no âmbito do Governo do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Decreto nº 47.004, de 27 de março de 2020</u>	Dispõe sobre medidas relativas aos contratos de prestação de serviços de mão de obra terceirizada no âmbito do Governo do Estado do Rio de Janeiro ante o atual cenário econômico, com o objetivo de preservar o emprego e a renda durante enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto nº 46.984, de 20 de março de 2020.
<u>Decreto nº 46.994, de 25 de março de 2020</u>	Contingencia, em diversos órgãos e Entidades Estaduais, o valor global de R\$ 7.679.291.453,66, e dá outras providências.
<u>Decreto nº 46.993, de 25 de março de 2020</u>	Dispõe sobre a contenção de despesas durante período de Calamidade Pública, e dá outras

COVID-19

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 15.05.2020

	providências.
<u>Decreto nº 46.991 de 24 de março de 2020</u>	Dispõe sobre regras de dispensa de licitação para a contratação de bens e serviços, inclusive de engenharia, destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus de que trata a Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.
<u>Decreto nº 46.990 de 24 de março de 2020</u>	Dispõe sobre a suspensão do faturamento de água e esgoto da CEDAE, e da outras providências.
<u>Decreto nº 46.989 de 24 de março de 2020</u>	Dispõe sobre funcionamento de pequenos estabelecimentos de venda de alimentos, bebidas, e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 8.773 de 23 de março de 2020.</u>	Determina a proibição de venda dos produtos de higiene e alimentícios na forma que menciona, em razão da situação de calamidade decorrente da epidemia do Corona Vírus (COVID-19).
<u>Lei Estadual nº 8.772 de 23 de março de 2020.</u>	Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a prover renda mínima emergencial a empreendedores solidários, em casos de emergência ou calamidade, na forma que menciona.
<u>Lei Estadual nº 8.771 de 23 de março de 2020.</u>	Altera a Lei nº 4.892, de 1º de novembro de 2006, para incluir na lista de produtos da Cesta Básica o álcool gel.
<u>Lei Estadual nº 8.770 de 23 de março de 2020.</u>	Autoriza o Poder Executivo a adotar as medidas que especifica e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 8769, 23 de março de 2020</u>	Dispõe sobre medidas de proteção à população fluminense durante o plano de contingência do novo coronavírus da Secretaria de Estado de Saúde.
<u>Lei Estadual nº 8768, 23 de março de 2020</u>	Autoriza o Poder Executivo a adotar as medidas que especifica e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 8767, de 23 de março de 2020</u>	Dispõe sobre o cancelamento ou remarcação de passagens aéreas bem como de pacotes de viagens adquiridos no âmbito do Estado do Rio de Janeiro em razão da doença COVID-19 causada pelo novo coronavírus (SARS-CIV-2).
<u>Lei Estadual nº 8766, 23 de março de 2020</u>	Autoriza o Poder Executivo a conceder isenção do imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS nas contas de energia elétrica e dos serviços de telecomunicação pelo prazo de 180 dias, dos consumidores afetados pelos desastres naturais decorrentes das chuvas dos meses de janeiro e fevereiro de 2020 e pelo coronavírus,

COVID-19

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 15.05.2020

	enquanto perdurarem os efeitos do Decreto nº 46.973, de 16 de março de 2020.
<u>Lei Estadual nº 8765, 23 de março de 2020</u>	Autoriza o Poder Executivo a estabelecer o reestabelecimento dos horários de funcionamento das instituições Públicas Estaduais e Municipais e das diversas atividades laborais que se situam na região Metropolitana do Rio de Janeiro.
<u>Decreto nº 46.987 de 23 de março de 2020</u>	Atualiza as medidas de enfrentamento da propagação decorrente do novo coronavírus (COVID-19) em decorrência da situação de emergência em saúde e dá outras providências.
<u>Decreto nº 46.986 de 23 de março de 2020</u>	Altera o inciso I do art. 1º do Decreto 46.983 de 20 de março de 2020 para excluir a determinação de fechamento da estação ferroviária corte 8 para embarques e desembarques de passageiros, bem como altera a alínea C do inciso IV do art. 1º do Decreto 46.983 de 20 de março de 2020 para incluir a estação ferroviária corte 8 no rol das estações com o acesso restrito, com triagem e controle de passageiros, e dá outras providências.
<u>Decreto nº 46.979, 19 de março de 2020</u>	Dispõe sobre a prorrogação do vencimento da fatura de água da CEDAE, e dá outras providências.
<u>Decreto nº 46.980, 19 de março de 2020</u>	Atualiza as medidas de enfrentamento da propagação decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) em decorrência da situação de emergência em saúde, e dá outras providências.
<u>Medida Provisória nº 928, de 23 de março de 2020</u>	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, e revoga o art. 18 da Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020.
<u>Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020</u>	Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19), e dá outras providências.
<u>Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020</u>	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.
<u>Decreto nº 46.984 de 20 de março de 2020</u>	Decreta estado de Calamidade Pública no Estado do Rio de Janeiro em decorrência do novo Coronavírus (COVID-19), e dá outras providências.

COVID-19

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 15.05.2020

<u>Decreto nº 46.983 de 20 de março de 2020</u>	Amplia as medidas de enfrentamento da propagação decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) através de restrições no sistema de transporte público e mobilidade urbana, e dá outras providências.
<u>Decreto nº 46.982 de 20 de março de 2020</u>	Dispõe sobre a prorrogação do prazo para pagamento de créditos parcelados inscritos em dívida ativa em razão da pandemia decorrente do COVID-19 (Coronavírus), e dá outras providências.
<u>Despacho do Presidente da República</u>	Mensagem nº 93 Senhores Membros do Congresso Nacional, Em atenção ao disposto no art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, denominada de Lei de Responsabilidade Fiscal, solicito a Vossas Excelências o reconhecimento de estado de calamidade pública com efeitos até de 31 de dezembro de 2020, em decorrência da pandemia da COVID-19 declarada pela Organização Mundial da Saúde, com as consequentes dispensas do atingimento dos resultados fiscais previstos no art. 2º da Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, e da limitação de empenho de que trata o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal.
<u>Medida Provisória nº 925, de 18 de março de 2020</u>	Dispõe sobre medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia da covid-19. "Art. 3º O prazo para o reembolso do valor relativo à compra de passagens aéreas será de doze meses, observadas as regras do serviço contratado e mantida a assistência material, nos termos da regulamentação vigente. § 1º Os consumidores ficarão isentos das penalidades contratuais, por meio da aceitação de crédito para utilização no prazo de doze meses, contado da data do voo contratado."
<u>Portaria nº 343, de 17 de março de 2020</u>	Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19.
<u>Decreto nº 46.970, de 13 de março de 2020</u>	Dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio e de enfrentamento da propagação decorrente do novo coronavírus (COVID-19), do regime de trabalho de Servidor Público e contratado, e dá outras providências.
<u>Portaria DETRAN SEI N.º 5830, de 13 de março de 2020</u>	Altera a Portaria PRES-DETRAN/RJ nº 5.775, de 20 de dezembro de 2019, que dispõe sobre os procedimentos de licenciamento anual dos veículos cadastrados no Estado do Rio de Janeiro e divulga o calendário referente ao exercício de 2020 e dá outras

COVID-19

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 15.05.2020

	providências.
<u>Portaria DETRAN SEI nº 5829, de 13 de março de 2020</u>	Dispõe sobre a tolerância excepcional da validade do documento de habilitação no Estado do Rio de Janeiro do prazo para o proprietário adotar as providências necessárias à efetivação da expedição do novo certificado de registro de veículo no caso de transferência de propriedade, em razão da Pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19).
<u>Secretaria Estadual de Saúde</u>	Rio proíbe trânsito de ônibus de cidades da Região Metropolitana para o resto do Estado.
<u>Linhas interestaduais de ônibus</u>	Ônibus vindos de São Paulo são proibidos de entrar no Rio.
<u>Decreto nº 46.973, de 16 de março de 2020</u>	Reconhece a situação de emergência na Saúde Pública do Estado do Rio de Janeiro em razão do contágio e adota medidas enfrentamento da propagação decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), e dá outras providências.
<u>DECRETO Nº 46.969 DE 12 DE MARÇO DE 2020</u>	Dispõe sobre a criação do gabinete de crise para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus, e dá outras providências.
<u>Restaurante e Academias</u>	Restaurantes e academias do Rio serão fechados devido ao Coronavírus.
<u>Bancos (FEBRABAN)</u>	Coronavírus: Bancos vão suspender pagamento de dívidas por 60 dias.
<u>Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020</u>	Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.
<u>Decreto nº 46.966, de 11 de março de 2020</u>	Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência da Saúde Pública de importância internacional decorrente do Coronavírus, e dá outras providências.
<u>Portaria STJ /GP nº 82, de 11 de março de 2020</u>	Regulamenta procedimentos relativos aos servidores que tenham regressado de viagens a localidades afetadas pelo COVID-19.
<u>Organização Mundial da Saúde - OMS</u>	Organização Mundial da Saúde declara pandemia de coronavírus.

COVID-19

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 15.05.2020

<u>UNICAMP</u>	Em virtude da pandemia de coronavírus, estão suspensas de 13 a 29 de março todas as atividades da Unicamp. Serão mantidas apenas as atividades essenciais, a ser definidas e informadas à comunidade pelo comitê de crise criado pela Reitoria.
<u>Notícias STF</u>	STF estabelece medidas de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus - Nos dias de sessão de julgamento, somente as partes e os advogados de processos incluídos na pauta do dia terão acesso ao Plenário e às Turmas.
<u>Decreto nº 40.509, de 11 de março de 2020</u>	Decreto suspende aulas e atividades por 5 dias.
<u>Decreto nº 7.616, de 17 de novembro de 2011.</u>	Dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - ESPIN e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde - FN-SUS.

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento
Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento da
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.jus.br